

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O PREDOMÍNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS: UM RECORTE DE 2010 A 2016

Maria de Fátima de Castro Oliveira¹

fatimaflorestal@hotmail.com

Márcio Mosiel do Nascimento Oliveira²

mmosiel@ifma.edu.br

146

RESUMO

A implantação do ensino superior no Brasil aconteceu de forma tardia, de forma inicial para atender a elite que precisava se deslocar a outros países para conseguir estudo de nível superior e em seguida para fornecer mão de obra especializada. Este estudo teve como objetivo abordar o histórico de implantação do ensino superior no Brasil, buscando demonstrar a evolução e situação do ensino superior no país atualmente, com a apresentação de dados da educação superior de 2010 a 2016. Foram utilizados dados do censo da educação superior para construção e análise de gráficos evolutivos da educação superior do país no período de estudo, e, fundamentação teórica pautada em discorrer a origem e a evolução do ensino superior no Brasil. O ensino superior brasileiro, se encontra mercantilizado, em sua maioria, sustentado por instituições de ensino superior privadas, que detêm a maior parte dos ingressantes e concluintes neste nível de ensino. Os indicadores apontam que é necessário ir além do acesso, é preciso que este venha acompanhado de uma política de permanência, oferecendo bolsas que combatam a evasão em instituições públicas e privadas. **Palavras-chave:** Educação Superior; Educação Privatizada; Mercantilização.

1. INTRODUÇÃO

A implantação do ensino superior no Brasil aconteceu de forma tardia. Inicialmente, com cursos isolados nas principais cidades e tão-somente voltados a atender os anseios das camadas sociais mais favorecidas. Em um segundo momento, inspirado no modelo americano para qualificar mão de obra para o mercado de trabalho abrindo possibilidades para as camadas sociais médias.

Concentrado por muito tempo na região sudeste, o ensino superior ganhou expansão no território nacional aos poucos, com investimentos no setor público e principalmente no setor privado. Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases, houve uma larga expansão do ensino

¹ Mestre em Agricultura e Ambiente pela Universidade Estadual do Maranhão, especialista em Docência do Ensino Superior e Educação digital pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Estadual do Maranhão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará, graduado em Pedagogia e em História pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Professor bolsista no programa de formação de professor da Universidade Federal do Maranhão/PROFEBPAR.

superior privado, que superou em muito o número de matrículas em instituições de ensino superior (IES) públicas.

Hoje, as IES privadas são predominantes no país, reflexo de políticas públicas recorrentes que facilitam o acesso neste setor, como a política de bolsas para estudantes de baixa renda, a facilidade de financiamento de mensalidades, a diminuição de impostos para estas instituições, não exigência de fiador em programas de financiamento estudantil, entre outros.

Este estudo teve como objetivo abordar o histórico de implantação do ensino superior no Brasil, buscando explicar a evolução e situação do ensino superior no país atualmente, com a apresentação de dados da educação superior de 2010 a 2016.

2. HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Muito se discute sobre o surgimento da educação superior no Brasil, alguns estudiosos afirmam que se deu com a chegada dos Jesuítas ao Brasil ao instalarem os primeiros cursos de teologia e filosofia, assim como outros autores apontam que não se pode afirmar a existência do ensino superior nesta época.

Segundo Cunha (2010), o primeiro estabelecimento de ensino superior foi fundado pelos jesuítas em 1550, na Bahia. Ao todo foram criados 17 colégios pelo país com a finalidade de oferecer alfabetização, ensino secundário e em alguns casos o ensino superior em Artes, também chamado de Ciências Naturais e Filosofia, e Teologia.

De acordo com Cavalcante (2000), o Colégio da Bahia, embora tenha conseguido permissão da metrópole para conceder título de mestre em Artes, não conseguiu se elevar à categoria de universidade. Ainda neste colégio, o curso de teologia conferia o grau de doutor (CUNHA, 2010), motivo pelo qual alguns estudiosos afirmam que, até sua expulsão da colônia em 1759, os jesuítas foram responsáveis pelo ensino superior no país.

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, os comerciantes da corte ansiavam a criação de uma universidade a Dom João VI. Buscando atender à solicitação da população, Dom João VI criou, não universidades, mas sim cátedras isoladas para formar profissionais. Desse modo, Salvador recebeu os cursos de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia e a cidade do Rio de Janeiro ganhou um curso de medicina por meio da criação de uma Escola de Cirurgia, no mesmo ano (OLIVEN, 2002).

Dois anos depois, após a transferência da corte para o Rio de Janeiro, esta cidade passou a sediar o curso de Engenharia embutido na Academia Militar (CUNHA, 2010), com o objetivo de formar profissionais que atendessem as necessidades da corte (NEVES; MARTINS, 2016)

e a defesa militar. Para Cavalcante (2000), ainda que isolados, a criação desses cursos foi muito importante para servir de modelo para a estruturação do ensino superior brasileiro.

Em 1813, as cátedras de Anatomia e Cirurgia juntamente com outros cursos deram origem à academia de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, pertencendo às atuais universidades federais desses estados (CUNHA, 2010).

Com a independência política de 1822, não houve grandes mudanças no sistema de ensino por não se configurar como vantagem para a elite neste momento (MARTINS, 2002). Já em 1827, foram criados dois cursos de direito, um em Olinda e outro em São Paulo (OLIVEN, 2002). Para Amorim, Santos e Novaes (2018), foi somente a partir deste momento que surgiram as primeiras faculdades brasileiras, pois os cursos criados anteriormente não se configuravam como universidades ou faculdades, eram apenas cursos superiores isolados.

Como observado, Medicina, Engenharia e Direito dominaram o panorama do ensino superior no país por muito tempo (CUNHA, 2010), configurando um ensino com orientação profissional bastante elitista que adotava o modelo das Grandes Escolas Francesas (OLIVEN, 2002).

Aos poucos surgiram outras escolas ou faculdades de Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviços Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras. E a partir de 1837, quem outrora necessitava de aprovação em “exames de preparatórios” para admissão nos cursos, tinha acesso livre a estes cursos, desde que concluinte do curso secundário no Colégio Pedro II (CUNHA, 2010).

Até 1915 foram feitas em torno de 30 tentativas para criar a universidade brasileira. Mas só em 1920, por meio do Decreto nº 14.343/09/1920, foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro com a união das três faculdades já existentes nessa cidade, posteriormente reestruturada em Universidade do Brasil em 1937 (CAVALCANTE, 2000).

O governo Vargas, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931, que persistiu por 30 anos, neste estatuto era definido que uma universidade poderia ser oficial (pública) ou livre (particular) e deveria contemplar pelo menos três dos cursos entre Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras, autônomos, mas ligados administrativamente por uma reitoria (OLIVEN, 2002).

Já em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo e em 1940 a primeira universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (NEVES; MARTINS, 2016). Seis anos depois, em 1946, surge a Universidade Federal de Pernambuco incorporando a faculdade de Direito do Recife (AMORIM; SANTOS e NOVAES, 2018).

No entanto, foi a partir do golpe de 64, que os militares adotaram o sistema americano

de educação superior que previa qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho (VIEIRA, 2001), abrindo o ensino superior a extratos ou camadas sociais médias (NEVES, 2012).

Após um período de criação de mais de 20 universidades, surge em 1968 uma nova fase da educação superior brasileira com o movimento da reforma universitária e o desenvolvimento de cursos de pós-graduação (STALLIVIERI, 2006). Este período é marcado por medidas políticas que favorecem a expansão de oferta de cursos de ensino superior pelo setor privado. De tal modo que, só nos dez primeiros anos do regime militar, houve um aumento de 66,7% de IES públicas contra 165,4% das instituições privadas (CHAVES; AMARAL, 2015).

Neves (2012) classifica duas ondas de expansão do ensino superior brasileiro neste período. A primeira que vai do início da ditadura até o início dos anos 80, caracterizado por um crescimento acelerado do número de matrículas, e a segunda que ocorre somente a partir do final da década de 1990. Sendo que ambos os períodos foram marcados pelo crescimento das instituições do segmento privado.

Houve uma estagnação entre estes períodos que se deu por motivos econômicos e políticos, que afetaram vários setores do país inclusive o acesso ao ensino superior (AMORIM; SANTOS e NOVAES, 2018). O reaquecimento das matrículas no ensino superior, aconteceu a partir da década de 1990 com a doutrina neoliberal direcionando a política brasileira. Com uma reforma no ensino superior focada em tornar o ensino mais diversificado e flexível, buscando se expandir, mas com contenção dos gastos públicos (CHAVES; AMARAL, 2015).

Aprovada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB favoreceu a expansão das instituições não lucrativas (comunitárias; confessionais e filantrópicas) e também o crescimento das IES privadas, destacado por Amorim, Santos e Novaes (2018) como um período marcado pelas ideias do desenvolvimento neoliberal, firmada em sua política privatizante, transformando o ensino superior em uma mercadoria, com programas de financiamento educacional que favoreceram a expansão das instituições privadas com redução de investimento no setor público.

Com implantação desta lei, a expansão do ensino superior privado ganhou mais força no governo Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002, tendo continuidade no governo Lula, de 2003 a 2010. As consequências desse crescimento das instituições de ensino privadas se refletem em jovens de 18 a 24 anos que muitas vezes têm que escolher entre fazer um curso de graduação ou entrar no mercado de trabalho (CHAVES; AMARAL, 2015).

Criado em 2004 durante o governo Lula, o Prouni - Programa Universidade para Todos, concedeu bolsas de estudo, tanto integrais quanto parciais, em cursos de graduação em IES privadas, possibilitando o acesso de estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas, às

universidades particulares. Até o segundo semestre de 2016, o programa concedeu mais de 1,9 milhão de bolsas de estudos, sendo 70% integrais (PROUNI, 2019).

As instituições de educação superior que aderem ao Prouni ficam isentas de os tributos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS-PASEP) (CHAVES; AMARAL, 2016).

O Decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006 instituiu a Universidade Aberta do Brasil – UAB, com o intuito de proporcionar cursos de licenciaturas a professores da educação básica, por meio da educação a distância, de forma a ampliar o acesso ao ensino superior no país (PEREIRA; SILVA, 2010).

Ainda com o propósito de promover uma expansão e valorização do ensino superior e buscando cumprir as metas do PNE E PDE para o ensino superior, que era chegar a 30% dos jovens entre 18-24 anos matriculados no ensino superior. Durante o governo Lula foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, em 2007, com intuito de ampliar a estrutura física das universidades federais (AMORIM; SANTOS e NOVAES, 2018).

Este período é marcado por uma ampliação de vagas nas instituições federais e um avanço pouco expressivo nas particulares, no entanto a mercantilização do ensino foi intensificada com o surgimento de megagrupos educacionais estrangeiros (AGUIAR, 2016).

A partir de 2010 a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) substituiu a necessidade de fiador nos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies (BRASIL, 2017).

A expansão do Fies ocorreu após as mudanças disponibilizadas no governo Lula, que transformou o financiamento em fluxo contínuo, permitindo aos alunos aderirem ao fundo a qualquer momento do curso, ampliou o tempo de carência e o prazo de pagamento, além de reduzir as taxas de juros, possibilitando a adesão de um número maior de alunos se consolidando como o programa com o maior número de alunos no Brasil (CASTRO, 2017).

O máximo crescimento foi observado no período de 2011 a 2014, após as mudanças ocorridas em 2010, com amplo investimento financeiro do governo federal e grande número de contratos firmados. Nesse contexto o Fies promove a expansão do ensino superior privado no Brasil sob a aparência de ampliação de acesso, mas principalmente atendendo aos interesses de empresários que encontram um campo lucrativo com a destinação dos recursos do fundo público para suas instituições (SANTOS FILHO; CHAVES, 2017).

Em decorrência desse cenário surgiram megagrupos na área educacional com abertura de capital via fundos e bolsa de valores que subsidiaram o processo de fusões e expansão em larga escala (CARVALHO, 2013).

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa. Utilizando-se de dados do censo da educação superior para construção e análise de gráficos evolutivos da educação superior do país no período de 2010 a 2016. E fundamentação teórica pautada em discorrer a origem e a evolução do ensino superior no Brasil, para entender a oferta e a demanda de vagas nas diferentes regiões do país.

Os dados do censo da educação superior utilizados na análise quantitativa foram retirados do banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep disponibilizados em seu sítio digital.

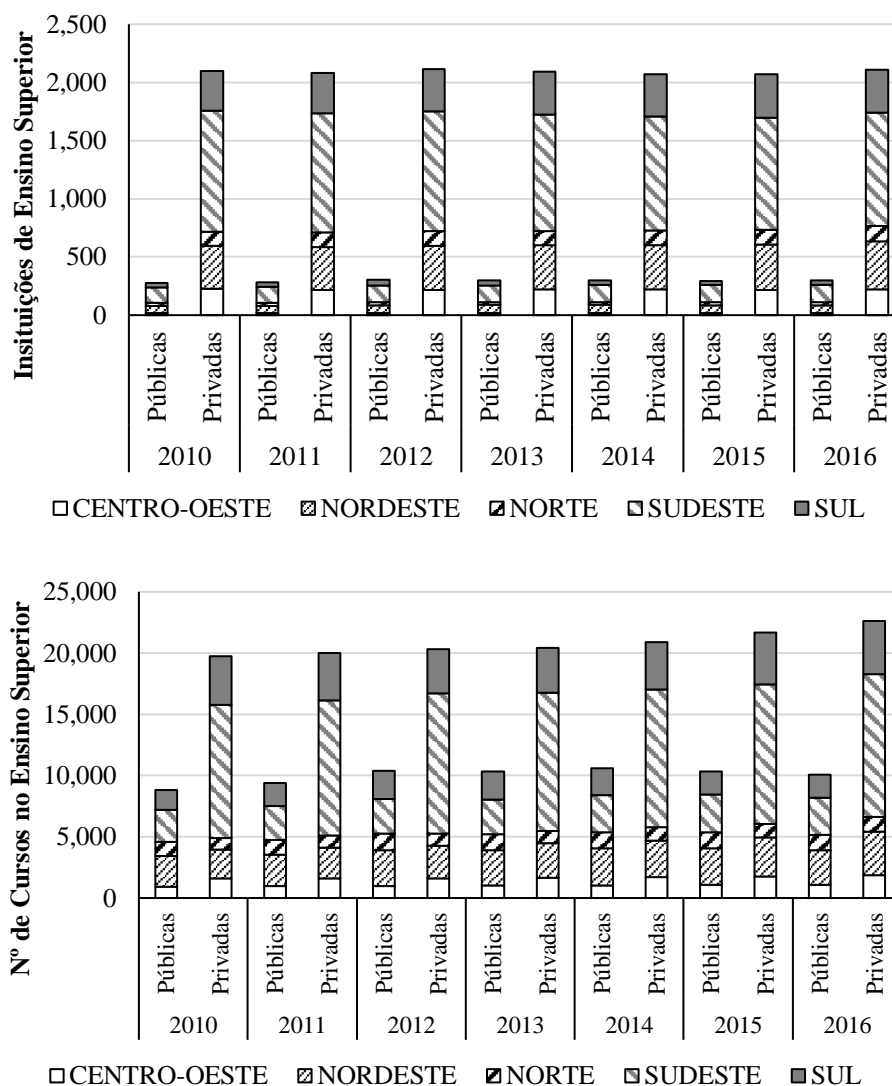
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Instituições E Cursos De Ensino Superior No Brasil

No período compreendido de 2010 a 2016 houve a criação de 29 Instituições de Ensino Superior no país - IES. Em 2010, haviam 2378 instituições de ensino, passando para 2407 instituições em 2016, o que representa um crescimento de 1,22% em seis anos. O ensino superior brasileiro apresenta 70,5% de suas instituições de ensino superior de natureza privada (Figura 1A) e 69,2% dos cursos ofertados nestas instituições (Figura 1B).

Estes dados evidenciam que a maior parte do ensino superior do país é sustentado por entidades com fins lucrativos. Resultado das políticas de liberalização e desregulamentação desse setor implementadas desde 1994, como isenção de impostos e bolsas de estudos para alunos carentes, facilitando sua expansão (CHAVES; AMARAL, 2015). Martins (2009) ressalta, que a expansão do ensino superior privado ocorreu após a Reforma Universitária de 1968, onde houve uma retração do ensino público, inicialmente com a criação de faculdades isoladas e, tão logo, com a criação de universidades, após a constituição de 1988 atribuir autonomia para estas quanto à criação e exclusão de cursos e oferta de vagas.

Figura 1 – Instituições de ensino superior (A) e número de cursos ofertados (B) por natureza da oferta (públicas e privadas) e por região do país no período de 2010 à 2016



Fonte: Dados do Inep (2019).

Todas as regiões brasileiras têm apresentado crescimento, ainda que tímido, no número de oferta de cursos de graduação (Figura 1B). No total, houve um crescimento de 16,3% na quantidade de cursos ofertados nacionalmente, no período estudado. 13,6% nas instituições públicas e 17,6% nas privadas. O número é positivo, visto que, a crise financeira brasileira, que impactou o país em 2015 e que somada a crise política culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, resultou em cortes nas políticas públicas e suspensão da expansão das universidades federais (FONSECA, 2018).

A região sudeste concentra 46,78% das IES e 44,95% dos cursos ofertados nacionalmente (Figura 1B). Esse cenário é reflexo do histórico desproporcional da implantação desse nível de ensino no país. De acordo com Santos (2016), a recorrência da concentração do

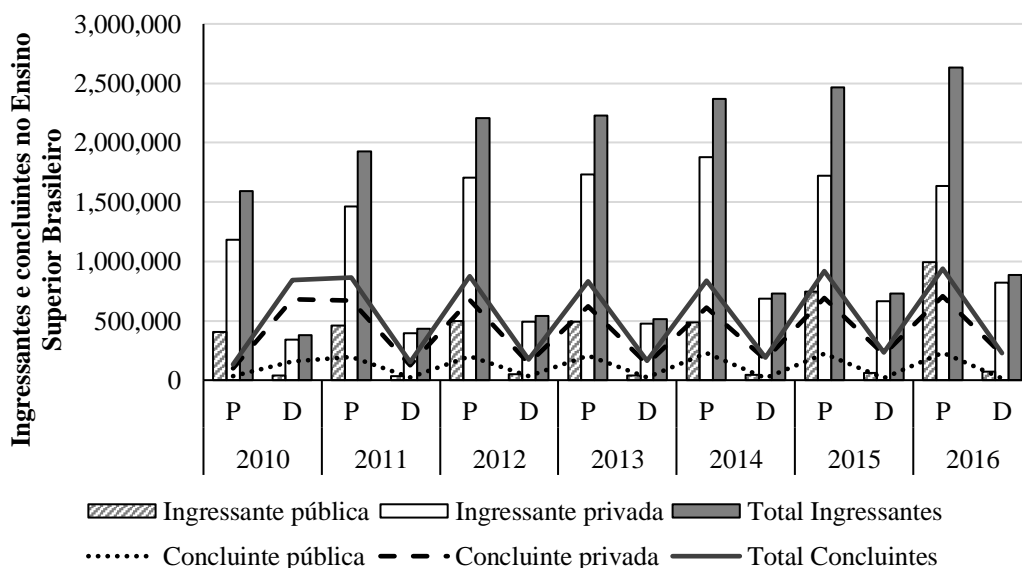
ensino superior na região sudeste, é movida pela rede de ensino privada que é atraída para a região devido à alta demanda por ensino superior, consequência das grandes densidades demográficas e mercado competitivo. O que reitera os dados encontrados nesse estudo, que revelam que 57,3% de todas as IES privadas do país se concentram na região sudeste.

Ainda que a região sudeste possua o maior contingente populacional, a distribuição das IES é desproporcional (OLIVEIRA, 2015). Outro motivo pelo qual haja essa grande concentração de IES e consequentemente maior oferta de cursos de graduação, são os maiores índices de alfabetização, ou seja, maior número de pessoas hábeis a ingressar neste nível de ensino.

4.1 Ingressantes X Concluintes

A Figura 2 mostra o avanço da educação superior brasileira com o aumento de ingressantes nesta modalidade de ensino, decorrentes da implantação de diversas políticas públicas para facilitar o acesso ao ensino superior, como o PROUNI e o FIES que contribuiu para o aumento de matrículas no setor privado (CHAVES; AMARAL, 2016). Mas por outro lado, revela que o número de concluintes não tem acompanhado este crescimento, mostrando que há a necessidade da implantação de políticas voltadas a manter o estudante no ensino superior e não somente para facilitar o ingresso neste ensino.

Figura 2 - Evolução de ingressantes e concluintes no ensino superior brasileiro por modalidade de ensino – presencial (P) e à distância (D), no período de 2010 à 2016



Fonte: Dados do Inep (2019).

Em 2016, 69,8% dos alunos ingressaram em instituições privadas, contra 30,2% em instituições públicas. Neste mesmo ano, 78,9% dos concluintes foram de instituições privadas e 21,1% de instituições públicas.

No período estudado, foi possível observar um aumento de 58,9% e 27,8% de ingressantes na modalidade presencial de ensino, nas instituições públicas e privadas, respectivamente. Na modalidade à distância, esse aumento foi de 42,1% na rede pública e 58,5% na rede privada (Figura 2). O que mostra a importância da participação das IES particulares na democratização do ensino a distância, que em 2016 apresentou 92% dos ingressantes nessa modalidade de ensino.

São diversos os fatores que contribuíram para que a maioria dos estudantes do ensino superior estejam concentrados e sejam formados por instituições superiores de ensino particulares. De um lado as IES públicas enfrentam recursos limitados para desenvolvimento de pesquisas, necessidade de concursos públicos para ampliação do quadro docente, problemas com estrutura física entre outros (AGAPITO, 2016), que dificultam o aumento na oferta de cursos e vagas. Além disso, o acesso a essas instituições se dá por meio de vestibular com alta concorrência.

Por outro lado, o setor privado oferece cursos de qualidade, facilidade de acesso, formação profissional imediatista e técnica para atender o mercado de trabalho (AGAPITO, 2016). Além disso, 70% de seus cursos são ofertados no horário da noite facilitando o ingresso àqueles que necessitam conciliar estudo e trabalho, enquanto que nas públicas o cenário se inverte, a maioria dos cursos são ofertados nos horários matutino e vespertino (NEVES, 2012).

Por fim, o surgimento dos programas de democratização do acesso ao ensino superior do governo federal, como o Fies e o Prouni facilitaram o ingresso às IES particulares contribuindo de forma fundamental para consolidação do crescimento de matrículas nestas instituições (OLIVEIRA, 2015).

Há que se considerar que estes programas possuem vantagens e desvantagens e muitos estudiosos divergem quanto à sua função e permanência. No Prouni, por exemplo, há o preenchimento de vagas ociosas nas IES privadas e isenção fiscal, beneficiando estas. Mas também, há o ingresso de bolsistas em cursos de menor concorrência e com baixo índice de empregabilidade, democratizando um nível maior de ensino, outrora impossível.

Costa e Ferreira (2017) criticam o Prouni destacando que os gastos utilizados para criar vagas públicas em IES privadas servem para amenizar a pressão da população por investimentos na Educação Superior, além disso, observavam que o montante em isenção de impostos no período de 2006 a 2012 seria suficiente para sustentar todas as Instituições Federais

de Educação Superior por um ano.

Santos Filho e Chaves (2017) alertam que para muitos estudantes o Fies é o único meio de pagar por seus estudos, no entanto estes mesmos estudantes sem condições financeiras, depois de formados, devem arcar com o financiamento acrescidos de juros. De forma que, ocorre um direcionamento de recursos públicos que deveriam ser aplicados nas instituições públicas para criar vagas de fato democráticas.

O mais alarmante é que a maioria das IES privadas são faculdades e não possuem a pesquisa e extensão como base institucional. Nesse sentido, Martins (2009, p. 30) ressalta que “a democratização do acesso ao ensino superior passa necessariamente pela recuperação da centralidade das universidades públicas, onde as instituições federais devem ser revigoradas”, fortalecendo assim a pesquisa e a extensão universitária, soma-se a esse cenário que um número significativo dessas faculdades tem seus cursos mal avaliados pelo MEC.

5. CONCLUSÕES

O ensino superior brasileiro, se encontra mercantilizado, em sua maioria, sustentado por instituições de ensino superior privadas, que detêm a maioria dos ingressantes e concluintes neste nível de ensino.

É importante refletir sobre os programas implantados pelo governo federal no sentido de promover a democratização do acesso ao ensino superior, uma vez que, embora eles tenham atingido seu papel, a consolidação do ensino privatizado no país é alarmante, visto o grande número de faculdades, com um ensino mais técnico e profissionalizante e que não possui em suas bases institucionais a pesquisa e a extensão, necessários ao desenvolvimento do país.

Os indicadores apontam que é preciso que o acesso venha acompanhado de uma política de permanência, oferecendo bolsas que combatam a evasão em IES públicas e privadas. Deste modo, para mudar este cenário, são necessárias políticas de investimento, ampliação e fortalecimento das universidades públicas, a exemplo do Reuni, assim como, para incentivar a pesquisa e a extensão dentro das IES privadas.

THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND THE PREDOMINANCE OF PRIVATE INSTITUTIONS: A CUT FROM 2010 TO 2016

ABSTRACT

The implementation of higher education in Brazil happened late, initially to meet the elite who needed to move to other countries to achieve higher education and then to provide skilled labor. This study aimed to analyze the history of higher education in Brazil, seeking to explain the evolution and situation of higher education in the country today, with the presentation of data on higher education from 2010 to 2016. Data from the census of higher education for construction and analysis of evolutionary charts of the country's higher education in the period of study, and theoretical basis based on the origin and evolution of higher education in Brazil. Brazilian higher education is mostly commodified by private higher education institutions, which holds the majority of students and graduates at this level of education. The indicators indicate that it is necessary to go beyond access, it must be accompanied by a policy of permanence, offering scholarships that combat evasion in public and private institutions. **Key-words:** Higher Education; Privatized education; Mercantilization.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 16, n. 32, jul./dez. 2016.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar., 2016.

AMORIM, P. A.; SANTOS, J. D. G.; NOVAES, M. A. B. Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão. **Universidade e Sociedade**, Ano XXVIII, n. 61. p. 156-165, jan., 2018.

BRASIL. **Prestação de contas ordinárias anual relatório de gestão do exercício de 2016**. Ministério da Educação, Brasília – DF, 2017. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66631-relatorio-gestao-fies-exercicio-2016-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, jul.-set., 2013.

CASTRO, J. L. C. **A nova regulamentação do fundo de financiamento estudantil e seu impacto na gestão estratégica de crescimento das instituições de ensino superior privadas**. 75f. Dissertação (Mestre Profissional em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro – RJ, 2017.

CAVALCANTE, J. F. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. 54 p.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Revista Educação em Questão**, Natal,

v. 51, n. 37, p. 95-120, jan./abr. 2015.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil – o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 49-72. out.-dez., 2016.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N-I. B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 5 ed., 2011. 608 p.

FONSECA, R. M. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 299-307, set./out. 2018.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. São Paulo, **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17 (Suplemento 3), p. 4-6, 2002.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

NEVES, C. E. B. **Ensino Superior no Brasil**: expansão, diversificação e inclusão. In: LASA INTERNATIONAL CONGRESS LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 30., 2012, São Francisco, Califórnia. **Anais...** São Francisco, Califórnia: 2012. p. 1-18.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, T. et al (Org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília, Ipea; Pequim: SSAP, 2016, 311p.

OLIVEIRA, F. Z. O processo de expansão da educação superior no Brasil: alguns dados - 2001 e 2012. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E PROCESSO EDUCATIVOS, 1., 2015, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UNESC, 2015. p. 1-6.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (coord.). **A Educação Superior no Brasil**. IESALC, Unesco. Porto Alegre, 2002. 336 p.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo lula: expansão ou democratização?. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul.-dez. 2010.

PROUNI – Programa Universidade para Todos. **O Programa**. 2019. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, B. F. Só 3 estados abrigam 45% das vagas em faculdades do Brasil. **Exame**. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/so-3-estados-abrigam-45-das-vagas-em-faculdades-do-brasil/>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SANTOS FILHO, J. R.; CHAVES, V. L. O financiamento estudantil (FIES) e as implicações

na financeirização de grupos educacionais. In: CHAVES, V. L. J.; AMARAL, C. N. (Org.) **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017. 338 p.

STALLIVIERI, L. **O sistema de ensino superior do Brasil características, tendências e perspectivas**. UCS – Universidade de Caxias do Sul. RS, 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplPadrao/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

VIEIRA, R. B. B. **Educação superior no contexto nacional: políticas, tensões e desafios**. [Goiânia]: Universidade Federal de Goiás, 2001.

Recebido em 13 de junho de 2019. Aprovado em 13 de novembro de 2019.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso – Brasil – iniciada em 2011.